



MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata N.º 06/2018

Data da Sessão Ordinária

30 de novembro de 2018

Início

20:30 horas

Termo

23:42 horas

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital com o n.º de registo duzentos e quinze, de sete de Novembro de dois mil e dezoito, tendo comparecido os seguintes Deputados Municipais: António Luís Fernandes Mendes, Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Carla Alexandra Pereira Silvério, António Manuel dos Santos Mendes, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, Natércio Francisco Canelhas Candeias, Rui Manuel Ferreira, Maria do Rosário Costa Martins, Carmen Dolores Gomes da Silva, Pedro José Lopes Pereira, Rogério Paulo de Sousa Palácio, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Joaquim José Moura Marques dos Santos, Vanessa Isabel Nascimento Almeida, Luís Manuel Marques Rodrigues, José Manuel Sequeira da Rita, Ana Luísa Cartaxo Manique e José Manuel Ricardo.-----

A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente da CMC, Sérgio Oliveira, pelo Senhor Vice-Presidente, Jorge Pereira e pelas Senhoras Vereadoras Ana Filipa Montalvo, Júlia Amorim e Sónia Varino.-----

Também estiveram presentes, para prestar os esclarecimentos técnicos que porventura fossem necessários, a Senhora Marisa Figueiredo, Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira e Jorge Heitor, Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos e o Senhor Daniel Oliveira, no apoio logístico à Assembleia Municipal, todos funcionários da Autarquia.-----

A Mesa da Assembleia Municipal que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: - Presidente – António Luís Fernandes Mendes, Primeira Secretária – Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Segunda Secretária – Carla Alexandra Pereira Silvério.-----

Verificando-se a existência de quórum o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão.-----

Em seguida iniciou os trabalhos com o Período Antes da Ordem do Dia.-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a conhecer o expediente que ocorreu entre a última Assembleia e a presente e referiu que era sua intenção propor que, de acordo com o praticado em outras Assembleias Municipais, os Senhores Deputados que não tenham estado presentes nas Assembleias Municipais, não votariam as respetivas atas. As atas seriam aprovadas ou rejeitadas apenas pelos membros presentes na Assembleia Municipal respetiva. Pretendia implementar esta regra com a anuência desta Assembleia Municipal, pelo que gostaria da aprovação dos Senhores Deputados.-----

Questionou os Senhores Deputados se pretendiam fazer alguma intervenção neste período. Inscreveram-se para intervir, o Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) e a Senhora Deputada Maria do Rosário (CDU).-----

O Senhor Deputado Rui Ferreira pediu a palavra para informar que a bancada da CDU tinha uma Moção para apresentar sobre o tema: *“Monumento aos Marítimos de Constância”* (Fica anexada a esta ata, como **Anexo I**, e dela faz parte integrante). -----

O Senhor Presidente da Assembleia, colocou a Moção a votação para discussão, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

De seguida, questionou os Senhores Deputados se pretendiam intervir relativamente a esta Moção.-----

A Senhora Deputada Isabel Farinha (PS) referiu que, quanto à Moção apresentada, numa reunião anterior o Senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou os motivos da nova localização do monumento aos marítimos. Na altura, a bancada do Partido Socialista considerou a alteração devidamente justificada. Por isso, entendia que não era um desrespeito à memória dos marítimos, mas sim, um cartão de visita para quem visitava Constância.-----

Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia colocou a Moção a votação, sendo a mesma rejeitada por maioria, com onze votos contra da bancada do PS e duas abstenções, uma do PS e outra do MIC.-----

A Senhora Deputada Maria do Rosário Martins (CDU) pediu a palavra para colocar duas questões distintas, uma tinha a ver com a situação dos médicos de família no Concelho, dado que circulava informação que existiam utentes sem médico de família. Pelo que perguntava se todos os residentes no Concelho tinham médico de família. Tendo Constância uma unidade de cuidados de saúde e, havendo utentes sem médico de família, perguntou se existiam consultas de recurso, onde funcionavam e qual o horário.-----

A segunda questão dizia respeito à piscina Municipal. Na última Assembleia Municipal colocou a questão sobre a degradação do teto da piscina, na altura o Senhor Presidente da Câmara referiu que os problemas existentes no teto ainda não estavam resolvidos devido a alguns atrasos nas reparações. Certo era que os problemas no teto se mantinham pondo em causa a qualidade do serviço prestado no apoio e gestão ao parque desportivo.-

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões apresentadas.-----

O Senhor Presidente da Câmara começou por responder às questões apresentadas pela Senhora Deputada Maria do Rosário. Em relação ao médico de família, resumia-se ao facto de a médica que estava atualmente a prestar serviço nos nossos centros de saúde, a Dr.^a

Elisabete ter tido um problema de saúde grave que a impossibilitou de estar presente durante algum tempo. A informação que possuía do coordenador dos centros de saúde era que na próxima segunda-feira iniciaria funções uma outra médica, que iria fazer um horário de oito horas. A Câmara Municipal continuaria a acompanhar esta situação e a insistir com as Entidades que tinham responsabilidades nesta matéria. Relativamente à Piscina Municipal, estavam a acompanhar a situação procurando encontrar uma alternativa que fosse mais económica, mas que garantisse as mesmas condições na qualidade do serviço. Também esclareceu o procedimento da aquisição de serviços da Piscina, referindo que em primeiro lugar a Câmara Municipal com este procedimento de aquisição de serviços não pretendia privatizar a Piscina. Enquanto fosse Presidente da Câmara, a piscina Municipal e o pavilhão Municipal iriam ser mantidos sobre a gestão da Câmara Municipal. O procedimento da aquisição de serviços que a Câmara estava a fazer tinha a ver com as aulas de natação e outras modalidades na piscina e no pavilhão. A Câmara Municipal adquiriu este serviço a uma empresa que, por sua vez colocava os profissionais a dar as respetivas aulas. Em anos anteriores o único critério de adjudicação era o preço, não havendo qualquer avaliação da qualidade dos serviços. Atualmente entenderam que o preço não deveria ser o único critério a valorizar e acrescentaram o critério da qualidade dos serviços prestados. Fizeram um concurso público, conforme a legislação obrigava, valorizando estes dois critérios, em 60% para a componente preço e 40% para a componente qualidade.-----

A Senhora Deputada Maria do Rosário (CDU) pediu a palavra para dizer que a questão que colocou sobre a Piscina não tinha subjacente a sua privatização, era mesmo a preocupação da componente técnica. Informando que tinha ficado esclarecida. Em relação aos médicos de família continuava com dúvidas quando o Senhor Presidente da Câmara referiu que existiam consultas, questionando se eram do médico de família ou prestação de serviços? A pergunta inicial era, se existiam ou não residentes no Concelho que não tinham médico de família, porque era isso que circulava na comunidade.-----

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra informou que viria uma médica em prestação de serviços. Aquilo que teve oportunidade de dizer à Dr.ª Elisabete foi que, quando fizesse a seleção dos doentes se lembrasse da prioridade aos utentes do Concelho, dado que tinha na Extensão de Saúde de Santa Margarida, muitas pessoas do Tramagal e no Centro de Saúde de Constância, muitas pessoas de Martinchel. Na próxima semana pensava reunir com o Coordenador dos Centros de Saúde, para esclarecer a questão dos doentes sem médico de família.-----

Não havendo mais intervenções neste período da Ordem de Trabalhos, o Senhor

Presidente da Assembleia solicitou à Senhora Secretária Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, para proceder à leitura do Edital que convocou a presente sessão, com a respetiva ordem de trabalhos.-----

O Senhor Presidente da Assembleia no uso da palavra propôs a introdução de um novo ponto na ordem de trabalhos sobre o qual as Senhoras e os Senhores Deputados tinham recebido a respetiva documentação que substituiria o ponto onze, nos seguintes termos: "Autorização para a abertura de procedimentos para contrato de fornecimento de eletricidade", o ponto doze seria: "Apreciação de informação escrita do Senhor Presidente da Câmara", e o ponto número treze: "Outros assuntos".-----

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia submeteu esta alteração à aprovação tendo sido aprovada por unanimidade.-----

-----**Período da Ordem do Dia**-----

1. Período reservado à intervenção do público;-----
2. Informação do Revisor Oficial de Contas sobre a situação económica e financeira do Município de Constância – 1º semestre de 2018 – Para conhecimento;-----
3. Pedido de exclusão do âmbito de aplicação da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, e do Decreto-Lei nº. 127/2012, de 21 de Junho, nos termos do previsto no nº. 5, do art. 82º da LOE para 2018 – Para conhecimento;-----
4. Análise, discussão e eventual aprovação do Projeto de Regulamento de Cedência de Viaturas Municipais – Para deliberação;-----
5. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de Contrato Programa a celebrar com a Associação Centro de Ciência Viva de Constância para o ano de 2019 – Para deliberação;-----
6. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de Documentos Previsionais para o Ano de 2019 – Para deliberação;-----
7. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de Mapa de Pessoal para o Ano de 2019 – Para deliberação;-----
8. Conselho Municipal de Juventude – Nomeação de representantes;-----
9. Proposta de Revisão ao Orçamento de 2018 (4ª Revisão) – Para deliberação;-----
10. Constituição da empresa RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M, SA – Para deliberação;-----
11. Autorização para a abertura de procedimentos para contrato de fornecimento de eletricidade;-----



12. Apreciação de informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro – Para conhecimento;-----

13. Outros assuntos de interesse.-----

PONTO 1 - PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O Senhor Presidente da Assembleia questionou o público presente na sala se pretendiam intervir, pedindo a indicação do nome, localidade e assunto.-----

Inscreveram-se os Senhores, Carlos Lopes de Montalvo e o Senhor Luís Gonçalves de Constância.-----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Carlos Lopes, que pretendia falar sobre a Extensão de Saúde Montalvo e sobre águas e saneamento. Em relação à Extensão de Saúde de Montalvo, pretendia saber se existia algum parecer para a realização e intervenção das obras, para quando a sua iniciação, quais os custos e se esses custos eram todos suportados pelo Município. Em relação à água, questionou se o Município pretendia abdicar da gestão deste tipo de serviço, ou tinha outro tipo de ideia em relação a este assunto.-----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Luís Gonçalves, que pretendia falar em dois assuntos relacionados com segurança e economia. Quanto à segurança referiu a falta de manutenção da eletrificação nas escadas junto ao Parque de Campismo e na Avenida das Forças Armadas próximo da localização do Posto de Turismo. Referiu ainda a perigosidade em termos de visibilidade, especialmente no inverno, para quem vinha da Avenida das Forças Armadas e entrava na Estrada Nacional 3, junto à ponte sobre o rio Zêzere. Sobre economia, tinha ficado com a sensação há cerca de doze meses, que estava prevista a criação de um Conselho Municipal de Turismo. Era importante alargar o Conselho para Conselho Municipal de Economia, tendo em conta a importância económica de outras atividades e o desejo de unir em torno de uma marca, tudo o que fossem atividades económicas, não dispensando setores específicos. Por último, questionou se, continuando Constância a apostar na beleza dos rios, se mantinha o aviso de água não banear (não aconselhável a banhos)?-----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões apresentadas.-----

O Senhor Presidente da Câmara começou por responder ao Senhor Carlos Lopes sobre a Extensão de Saúde de Montalvo, referindo que a responsabilidade pelas obras num equipamento de saúde eram à presente data, da Administração Central, ou seja, a Autarquia não podia intervir no edifício ou fazer obras no mesmo, para determinado fim,

neste caso para a extensão de saúde sem antes ser celebrado um protocolo entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e a Autarquia de Constância. Como era do conhecimento geral, estes processos com a Administração Central eram sempre muito demorados. Deu conta que tinha recebido no dia anterior da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo a minuta de protocolo a celebrar para a Extensão de Saúde de Montalvo, estando esta no gabinete jurídico do Município para análise. Iriam propor algumas alterações à ARS, e se essas alterações fossem aceites podiam avançar. O que ficaria estabelecido nesse protocolo era que as obras de adaptação da Escola seriam da responsabilidade do Município e o apetrechamento e a colocação dos recursos humanos seriam da responsabilidade da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale. Pelo facto de não ter meios internos para o fazer iriam consultar o mercado tendo em vista contratualizar um gabinete de Engenharia e Arquitetura para conceber o respetivo projeto. Deu nota que ainda não existiam sinais da reprogramação dos fundos comunitários e que, iria ser efetuada uma cerimónia de apresentação da mesma no próximo dia sete de Dezembro, onde o Senhor Primeiro Ministro iria estar presente. Esperava que fosse possível incluir as obras para a futura Extensão de Saúde de Montalvo nessa reprogramação financeira dos fundos comunitários e receber participação para o efeito. Relativamente às águas e ao saneamento, referiu que os pequenos Municípios como Constância, Sardoal, Vila Nova da Barquinha e outros, tinham feito a gestão das águas e do saneamento em baixa, de forma direta ou seja, quando necessitassem de investimentos nesta área, como substituição ou reposição de condutas, podiam candidatar-se diretamente aos mesmos, como tinha acontecido com os recentes investimentos para a ETAR de Montalvo e o saneamento na aldeia da Pereira. As regras mudaram a nível europeu e agora para poderem usufruir dos fundos comunitários, os Municípios teriam de ter um mínimo de quarenta mil habitantes, ou seja, um valor incomportável com a nossa realidade. Para ultrapassar esta questão e poder ter a possibilidade de apoios seria necessário constituir uma empresa entre vários Municípios, exclusivamente de capitais públicos, gerida pelos próprios, que fizesse a gestão das infraestruturas em baixa e assim ter a possibilidade de apoios. Referiu igualmente que no Concelho existiam algumas áreas preocupantes, nomeadamente as estações elevatórias em Santa Margarida e as próprias condutas de água, que já necessitam de substituição. Sem o apoio de fundos comunitários, não restava outra alternativa senão procurarem uma solução de agregação com os Municípios que tivessem interesse em fazê-lo.-----



Quanto aos custos da Extensão de Saúde de Montalvo, ainda não tinha os custos apurados da intervenção, seriam apurados quando tivessem toda a informação relevante para o efeito.-----

Relativamente às questões que o Senhor Luís Gonçalves colocou, registou a questão da iluminação e solicitou ao Senhor Vereador Jorge Pereira que tomasse conta do assunto. Registou igualmente a sugestão da economia. Quanto às placas que estavam colocadas junto ao Rio Zêzere, não tinham sido elaboradas pelo Município, eram da responsabilidade da Agência Portuguesa do Ambiente que tinham solicitado ao Município a sua colocação, dado tratar-se de um espaço balnear não vigiado.-----

PONTO 2 - INFORMAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA – 1º SEMESTRE DE 2018-----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para uma intervenção sobre este ponto:-----

O Senhor Presidente da Câmara começou por esclarece que a informação tinha sido enviada aos Senhores Deputados, salientando que o primeiro semestre de dois mil e dezoito tinha sido muito difícil ao nível da tesouraria. Os custos operacionais tinham aumentado, com a entrada de alguns trabalhadores imprescindíveis para o exercício de funções no Município.-----

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que, não havendo intervenções, passaria ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

PONTO 3 – PEDIDO DE EXCLUSÃO DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, E DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO, NOS TERMOS DO PREVISTO NO N.º 5 DO ART.º 82º DA LEI PARA 2018) -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para uma intervenção sobre este ponto:-----

O Senhor Presidente da Câmara começou por referir que, no seguimento daquilo que tinha explicado numa Assembleia Municipal anterior e nas reuniões de Câmara, a Lei do Orçamento de Estado do ano de dois mil e dezoito, previa uma disposição legal que dizia o seguinte: “Os Municípios que não tenham pagamentos em atraso ficam excecionados da obrigação de cumprir a lei dos compromissos e pagamentos em atraso”. Por existirem dúvidas sobre o processo a efetuar, remeteram um ofício à DGAL (*Direção Geral das Autarquias Locais*) que respondeu que, não tendo o Município de Constância pagamentos em atraso, existiam um conjunto de questões, bem como a assunção de compromissos plurianuais que deixavam de vir à Assembleia Municipal como até aqui, no entanto, na

informação escrita continuariam a vir todos aqueles compromissos plurianuais que fossem autorizados ao longo do exercício. O Senhor Presidente da Assembleia questionou os Senhores Deputados se pretendiam fazer alguma intervenção relativamente a este ponto da ordem de trabalhos.-----

O Senhor Deputado António Mendes (CDU) pediu a palavra para referir que existiu uma proposta que foi a reunião de Câmara Municipal, que deliberou submeter o assunto à Assembleia Municipal para apreciação, discussão e eventual aprovação. Nesse documento mais recente a deliberação da Câmara Municipal dizia apenas que era para conhecimento. Pretendia saber o que tinha mudado relativamente às deliberações da reunião de Câmara Municipal.-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu o seguinte: - numa primeira fase, tinha ido à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal a própria minuta do ofício a remeter à Direção Geral das Autarquias locais a questionar se tinha que ter ou não uma autorização expressa dessa entidade para ficarem excecionados do cumprimento dessa legislação agora tinha ido novamente à reunião de Câmara para conhecimento e encaminhada para o órgão deliberativo a resposta da Direção Geral das Autarquias Locais.-----

O Senhor Deputado Municipal António Mendes (CDU) voltou a pedir a palavra referindo que não sendo um assunto que tivesse muita discussão, no entanto, quis chamar a atenção porque o Senhor Presidente da Câmara tinha levado a reunião da mesma, o documento que propunha que fosse levado à Assembleia Municipal para conhecimento, quando a deliberação da Câmara Municipal era contrária, referindo que era para análise, discussão e eventual aprovação.-----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu, referindo que se tratava de um lapso de transcrição da deliberação e o assunto era só para conhecimento.-----

PONTO 4 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DE CEDÊNCIA DE VIATURAS MUNICIPAIS-----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para uma intervenção sobre este ponto:-----

O Senhor Presidente da Câmara começou por informar que era necessário existir um Regulamento para a cedência do autocarro Municipal, pelas razões que eram do conhecimento de todos. Tinha sido apresentada a questão às Associações visando regulamentar a atribuição de quatro viagens por ano a cada Associação, totalmente gratuitas. Excecionalmente, mediante deliberação do executivo camarário, criar um tarifário bonificado para as viagens que saíssem do âmbito dessa regra.-----

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) solicitou a palavra, referindo que não estava de acordo de todas as coletividades serem tratadas de forma igual, porque não existiam coletividades iguais, umas tinham mais atividades que outras, e portanto, pensava que não era correto o Município dar o mesmo tratamento a uma associação que tivesse por exemplo cinquenta associados e outra que tivesse quatrocentos, ou tratasse de forma igual uma associação que tivesse seis ou sete secções e outra que apenas tivesse a função, que embora importante para as comunidades, só ter um bar aberto ou ter três ou quatro atividades anuais. Disse não votar contra mas discordar em parte porque na sua perspetiva o Regulamento era injusto para as Associações que mais trabalho desenvolviam.-----

O Senhor Deputado Rogério Palácio (CDU) solicitou a palavra, começando por referir tratar-se de uma matéria muito sensível. Sabia que se tinha feito um levantamento para atribuição do Autocarro às dezoito associações, às quais seriam atribuídas quatro viagens por ano a cada uma, ou sejam, setenta e duas viagens por ano, o que o deixava preocupado e não concordava, até porque não eram viagens de meia dúzia de quilómetros. Reconhecia que não era fácil criar um Regulamento sem uma base de trabalho, partindo-se do zero e na avaliação que viesse a ser feita posteriormente, ser ratificado. Disse não questionar se a associação A, B ou C, deveria ter mais ou menos viagens, apenas referia o facto de serem quatro por associação.-----

A Senhora Deputada Isabel Farinha (PS) pediu a palavra para saudar a existência de um projeto de Regulamento que não existia. Era evidente que sendo o primeiro projeto, com o desenrolar do tempo e com as mais variadas situações que viessem a surgir poderia sempre, a todo o tempo, ser melhorado. Pretendia só frisar que o Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU), na sua intervenção referiu que as associações não deveriam ser tratadas todas por igual e o Regulamento não fazia distinções, ou seja, apresentava algumas com encargos diferentes. Em seu entender, o mais importante tinha sido a criação do Regulamento e, em função do trabalho realizado por cada Associação, poderem ser autorizadas posteriormente pelo executivo, outras viagens.-----

O Senhor Deputado António Mendes (CDU) pediu a palavra, referindo que não existia Regulamento até ao momento, existiam apenas normas de utilização que substituíam o Regulamento, não tinham a força deste, mas não era correto dizer-se que não existia nada.-----

O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra, informando que era um projeto de Regulamento, que seria avaliado ao longo do tempo e se entendessem que não era adequado, ou que algum ajuste deveria de ser feito, seria novamente trazido a esta Assembleia para as devidas alterações.-----



E não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com seis abstenções, cinco da bancada da CDU e uma do MIC.-----

PONTO 5 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO PROGRAMA A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIA VIVA DE CONSTÂNCIA PARA O ANO DE 2019-----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para uma intervenção sobre este ponto:-----

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra referiu que, à semelhança do que já vinha sendo feito, apresentavam o contrato programa a celebrar com o Centro de Ciência Viva. Um equipamento importante na dinamização do nosso Concelho, propondo que a Câmara Municipal desse um subsídio à Associação, igual ao que tinha sido dado no presente ano, ou seja, cinquenta mil euros, divididos por diversas tranches e mediante a apresentação dos respetivos relatórios de cumprimento do contrato programa. Explicou ainda que o CCV (*Centro de Ciência Viva*) tinha remetido um orçamento, entretanto alterado, mas que não teve qualquer interferência com o apoio nem com a deliberação que estávamos aqui a tomar. -----

A Senhora Deputada Carmem Silva (MIC) pediu a palavra, referindo que na página cinco no ponto três, podia ler-se na alínea c), "*a prestação de contas de 2018, até 15/05/2020*", pelo que questionou se era um lapso ou era mesmo assim, pelo que perguntava se não se pretendia dizer 2019.-----

O Senhor Presidente da Câmara informou que era um lapso, pelo que seria 2019 e não 2020.-----

Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado unanimidade.-----

PONTO 6 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2019-----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para uma intervenção sobre este ponto.-----

O Senhor Presidente da Câmara começou por referir, que o Município de Constância tinha um orçamento de sete milhões e trezentos mil euros para o próximo ano. Houve um conjunto de projetos que por diversas razões não conseguiram executar em dois mil e dezoito, nomeadamente; o saneamento na Pereira, o arranjo da zona ribeirinha e o Cine Teatro. Investimentos que transitavam para o próximo ano e que eram comparticipados por fundos comunitários. Tratava-se de um orçamento rigoroso, que continuava a apostar na

educação, na área social, nomeadamente na continuidade de um programa através do qual tinham sido apoiados um conjunto de agregados familiares na aquisição de medicamentos. Um documento que apostava na qualidade de vida das nossas populações. Como todos sabiam, o Município dependia em larga escala das transferências do Orçamento Geral do Estado. As receitas próprias eram escassas e por isso tinham que se adaptar a essa circunstância e fazerem aquilo que era o mais importante para as populações.-----

O Senhor Deputado António Mendes (CDU) pediu a palavra, começando por referir que do seu ponto de vista os documentos que foram enviados estão estruturalmente bem elaborados, no entanto, existiam duas ou três coisas que gostava de sublinhar ou pelo menos interrogar; por um lado, já tinha sido referido que os investimentos não realizados este ano, iriam sê-lo no próximo ano. O que não lhe parecia muito bem era imputar culpas aos outros, daquilo que também era da nossa responsabilidade. Depois, existia no documento ou nos documentos, algumas questões que lhe suscitavam dúvidas do ponto de vista legal, como era o caso da orçamentação e afetação da despesa do Município, concretamente, ao arranjo das margens da Estrada Militar, uma vez que era da responsabilidade do Ministério da Defesa. Tinha algumas dúvidas do ponto de vista legal. O mesmo se passava em relação à rotunda na EN118, junto à Estação Ferroviária de Santa Margarida. Como todos sabiam, tratava-se de uma Estrada Nacional e o Município previa fazer lá uma rotunda. Questionando como seria feita a cabimentação orçamental para essa despesa? Em relação à Extensão de Saúde de Montalvo, o Senhor Presidente da Câmara tinha referido da possibilidade de se recorrer a fundos comunitários. Lembrou que quando o Centro de Saúde de Constância foi construído, a Autarquia fez um contrato programa e disponibilizou os terrenos. Essa tinha sido a responsabilidade da Autarquia. O mesmo se tinha passado com a cedência dos terrenos em Santa Margarida para a construção da Extensão de Saúde. Vindo dos fundos comunitários, ótimo, mas se não for o caso, parece-lhe que a Administração Regional de Saúde deveria pagar a obra ou parte dela. Tinha igualmente algumas dúvidas quando o documento referia, que se ia iniciar o projeto da Praia Fluvial e preparar linhas de financiamento comunitário, mas mais à frente, aparecia a dotação de onze mil e trinta e cinco euros para construção, não seria para a elaboração do projeto? Também referia o documento, que seriam liquidados dois empréstimos no próximo ano, pelo que leu no mapa seriam três e não dois. No grupo autárquico aparecia ainda a Sociedade Parque do Almourol, não percebia porque ainda não tinha sido extinta. Em relação à questão da transparência e do rigor, apareciam trabalhos especializados de elevados valores, verbas muito avultadas para apenas referirem outros trabalhos especializados. Pelo rigor e pela transparência, deveriam ser discriminados e o fim a que

se destinavam. Nos sistemas de saneamento aparecia uma verba de dez mil duzentos e trinta euros para a aquisição de material eletromecânico, questionando se existiam estações elevatórias paradas, indo os esgotos a céu aberto para linhas de água? Para finalizar, referiu que a Câmara Municipal durante o presente ano tinha assumido encargos com pessoal muito avultados. Para o futuro pedia atenção para não se pisar a linha vermelha, que poderia trazer consequências indesejáveis para o Município.-----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões do Senhor Deputado António Mendes (CDU).-----

O Senhor Presidente da Câmara começou por dar conta dos projetos com maior significado que tinham sido inseridos no orçamento de dois mil e dezoito e que transitavam para dois mil e dezanove; relativamente ao Largo Cabral Moncada, quando chegaram ao Município entenderam que o projeto para o Largo Cabral Moncada não fazia muito sentido e foi alterado. Foi submetido à CCDR, tendo sido aprovado e lançado o concurso público para a empreitada. Esta semana tinha sido elaborado o levantamento topográfico. As previsões e informação que tinha eram que a empreitada arrancaria na próxima semana. No projeto que tinham da ETAR de Montalvo, recordou que quando chegaram ao Município, o prazo para elaboração do projeto, submete-lo a candidatura ao PO SEUR – (*Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos*), e lançarem a empreitada era curto, principalmente para a elaboração do projeto. Elaboraram-no e submeteram-no para aprovação, tendo sido aprovado. Lançaram um primeiro concurso público não tendo concorrido nenhuma empresa, ou seja, tinham aparecido dois concorrentes; um apresentou um preço acima do preço base referido no concurso e o outro apresentou apenas uma declaração que não apresentava proposta. Assim, tinham sido obrigados a fazer um novo procedimento. Esse novo procedimento já não tinha sido por concurso público, mas por consulta prévia. Hoje mesmo tinha aprovado a minuta do contrato e durante a próxima semana o contrato seria assinado. A empreitada deveria arrancar este ano. Relativamente à questão da Estrada Militar em Malpique, já tinha trocado impressões nesse sentido com o Senhor Brigadeiro General Comandante do Campo Militar. O processo estava a decorrer dentro da normalidade e o Município não iria gastar nenhuma verba na estrada militar, enquanto não fosse efetuado um protocolo com a entidade que tinha a gestão da mesma. O mesmo se aplicava à questão da rotunda junto à Estação Ferroviária de Santa Margarida. Quanto à Extensão de Saúde de Montalvo, disse já ter esclarecido essa questão. Relativamente à Praia Fluvial o que estavam a perspetivar era para o projeto, não para a execução. Sobre o Parque Almourol, não estava ainda extinto porque existia um terreno adquirido no Concelho da Chamusca que nunca tinha sido

registado em nome do Parque Almourol, só quando aquela situação estivesse resolvida é que o mesmo poderia ser extinto. Relativamente aos trabalhos especializados, referiu que naquela rúbrica estavam algumas avenças, assim como a aquisição de serviços dos professores de natação para a Piscina. Em termos gerais, eram esses valores e de futuro, esses valores seriam acompanhados por uma listagem efetiva, com a discriminação dos trabalhos especializados e a desagregação por rúbrica, para que as pessoas soubessem efetivamente onde eram aplicados estes dinheiros. Quanto ao sistema de saneamento, não existia de momento nenhuma estação elevatória a debitar esgotos diretamente para as linhas de água, o que tinham era imensos problemas a nível das estações elevatórias, nomeadamente, um problema grave no sistema de saneamento com alguns detritos que para lá eram deitados pelas pessoas, que entupiam a conduta de esgoto. Relativamente à questão dos encargos com o pessoal, lembrou que durante o ano de dois mil e dezanove, iriam aposentar-se alguns trabalhadores e o Município tinha a obrigação de compensar por antecipação essa situação. Compreendia a preocupação do Senhor Deputado António Mendes mas, o Município ao nível de operadores na rua e mesmo ao nível do quadro interno, precisava de um reforço de trabalhadores para poder dar resposta às suas competências e às suas funções na manutenção daquilo que eram as necessidades do Concelho.-----

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) pediu a palavra referindo que relativamente à estrada militar e à rotunda, era muito mais prudente negociar-se tudo com o Campo Militar e com as Estradas de Portugal e depois introduzir-se no Plano e Orçamento. Disse que do seu conhecimento, as negociações com os militares não eram fáceis, podiam 4280 resolver-se em três ou quatro meses mas podia-mos andar três ou quatro anos sem nada acontecer. Sobre a questão do rigor, o Senhor Presidente da Câmara estava confiante na reforma de algumas pessoas, mas o certo era que depois nas contas, aquilo que se depreendia, não tinha uma relação direta com a realidade. Deu o exemplo das horas extraordinárias que via reduzidas a um terço, referindo que este ano até Outubro, tinham-se gasto trinta mil euros e a dotação para o próximo ano eram dez mil euros. Tinha dúvidas que não fosse necessária uma revisão ou uma modificação sobre estes valores, porque não acreditava que se pagassem apenas dez mil euros em horas extraordinárias. Falando de transparência, verificava existirem vinte mil euros para estradas e arruamentos, gostava de saber, como em anos anteriores, quais eram as estradas e arruamentos que iriam sofrer intervenções. Também gostava de saber, que terrenos é que se previam comprar e que negociações estavam em vista. Também não via inscritos, a Rua Nova das Hortas em Aldeia, nem o ordenamento florestal.-----

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra, começou por referir que o documento presente a esta Assembleia Municipal era claro e transparente, aliás, em sua opinião, nos últimos anos nunca tinha vindo a esta Assembleia um documento tão claro e tão transparente. Relativamente às horas extraordinárias, o que estava planeado com a Divisão Administrativa e Financeira era criar um Regulamento de horário de trabalho e através dele fazer uma gestão mais equilibrada e racional. Relativamente à educação, respondeu ser redutor falar-se só dos vinte mil euros. Existiam outros investimentos que tinham de ser contabilizados, além de todas as despesas de manutenção dos Centros Escolares, existiam vários projetos que apoiavam, tais como: a Rede Escolas de Excelência; Universidade Júnior; o Prémio Camões; ABC da Música; Miúdos Digitais; Educação pelas Artes; Rede EPIS; Desenvolvimento motor; Experimenta Mais Ciência; Valorização de Recursos em TIC. Estes projetos totalizavam, oitenta e um mil oitocentos e um euros. Em produtos de limpeza, em materiais didáticos, no apoio à família que era assegurado pelos Quatro Cantos do Cisne, oitenta mil. Se a tudo isto fossem somados os transportes escolares e a cedência do autocarro Municipal, o orçamento para a educação era de aproximadamente trezentos e cinquenta e quatro mil cento e quinze euros. Quanto à questão das estradas o que definiram fazer e por fases, aproveitando o empreiteiro que esteve no Centro Escolar de Montalvo, era reparar alguns troços de algumas estradas em Montalvo e em Constância. Iriam fazer o mesmo em Santa Margarida por administração direta. Sobre a Rua Nova das Hortas, recordou um pequeno resumo sobre aquilo que tinham sido as Grandes Opções e Documentos Previsionais de 2014 a 2017, chegando à conclusão que num só ano e um mês de mandato autárquico, a nível de execução de projetos, andaram bem depressa em comparação com aquilo que tinha sido o passado recente no Concelho.-----

A Senhora Deputada Isabel Farinha (PS) pediu a palavra, congratulando-se com o documento apresentado pelo executivo, referindo que toda a Assembleia já tinha sido esclarecida pelo Senhor Presidente da Câmara, ao longo dos esclarecimentos que foi dando, dos constrangimentos que encontrou ao longo deste primeiro ano de mandato. Salientou o facto deste documento, relativamente aos apresentados em anos anteriores, ser bastante mais transparente. Uma coisa ficava bem clara, qualquer pessoa ao ler as atividades mais relevantes descritas neste documento, conseguia ficar devidamente esclarecido e saber onde o dinheiro era aplicado.-----

A Senhora Deputada Maria do Rosário (CDU) pediu a palavra, referindo que o documento falava em melhorar a qualidade de vida e os cuidados de saúde, sendo feita referência a

uma unidade móvel de saúde. Questionava se existia intenção de o Concelho vir a ser dotado de mais uma unidade móvel de saúde.-----

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra, informou que não tinha a certeza, mas pensava que tinha a ver com despesas relacionadas com a unidade móvel de saúde existente, no entanto, faria chegar informação mais precisa sobre esta matéria.-----

E não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com quatro abstenções, três da bancada da CDU e uma do MIC.-----

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) apresentou uma *declaração de voto*, em nome da bancada da CDU que fica anexada a esta ata, como **Anexo II**, e dela faz parte integrante.-

PONTO 7 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2019-----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para uma intervenção sobre este ponto:-----

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra referiu que o mapa de pessoal consagrava alguns lugares a prover que estavam devidamente identificados no documento apresentado.-----

E não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com cinco abstenções da bancada da CDU.-----

PONTO 8 - CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE – NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTES-----

O Senhor Presidente da Assembleia, informou que seria por indicação, em que cada bancada iria nomear um elemento para o Conselho Municipal de Juventude, pelo que, questionou os representantes de cada bancada quem era o elemento que indicavam para o Conselho Municipal de Juventude:-----

A bancada do Partido Socialista indicou a Senhora Deputada Municipal Vanessa Almeida.-

A bancada da CDU indicou o Senhor Deputado Municipal Rui Ferreira.-----

A Bancada do MIC indicou a Senhora Deputada Municipal Carmem Silva.-----

PONTO 9 - PROPOSTA DE REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2018 (4ª REVISÃO)-----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para uma intervenção sobre este ponto:-----

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra informou que no seguimento daquilo que já tinha sido explicado ao longo desta Assembleia, houve um conjunto de projetos que eram financiados pelos fundos comunitários que não conseguiram executar neste ano.



Assim sendo, tinham que retirar esses valores de despesa e receita que estavam previstos no Orçamento Municipal. Relativamente à estabilização de emergência da Freguesia de Constância, esclareceu que este valor constava no documento por um lapso dos serviços na altura. Este valor não deveria ter sido inscrito no orçamento de dois mil e dezoito, porque no final de dois mil e dezassete, o valor que tinham a receber, já tinha sido recebido.-----
E não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com seis abstenções, cinco da bancada da CDU e uma do MIC.-----

PONTO 10 - CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA RSTJ – GESTÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS, E.I.M, SA-----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para uma intervenção sobre este ponto:-----

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra disse pretender neste ponto dar nota do seguinte, que se transcreve; “já veio a esta Assembleia um conjunto de documentos que tivemos que aprovar. Já veio a explicação na altura que a forma jurídica que atualmente a Resitejo tem não é a adequada ao exercício das funções que desempenha. É necessário adequar esta empresa à nova realidade jurídica o que levará obrigatoriamente ao nascimento de uma nova empresa. Assim, veio à Assembleia Municipal e já foi à reunião de Câmara Municipal, a discussão e eventual aprovação da ratificação de todos os atos praticados pelo Presidente da Câmara da Chamusca, e aqui, refiro meros atos administrativos com vista à constituição desta nova empresa. Por outro lado, delegamos no Presidente da Câmara Municipal da Chamusca os poderes para praticar os atos necessários à constituição desta nova empresa. Analisarmos, discutirmos e votarmos o plano de dissolução e liquidação da Resitejo. A minuta de escritura de constituição da nova empresa, a minuta de escritura de transmissão gratuita do património da Resitejo para a nova empresa e mandar o representante do nosso Município, que é o Senhor Vereador Jorge Pereira, para votar favoravelmente a dissolução da mesma e para a nomeação dos respetivos corpos sociais da nova empresa intermunicipal. Pretendo apenas vincar a ratificação dos atos e a delegação de poderes no Senhor Presidente da Câmara Municipal da Chamusca, que se cingem exclusivamente a praticar os atos administrativos referentes à constituição desta nova entidade”.-----

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) pediu a palavra referindo que pessoalmente achava este assunto demasiado importante, particularmente para o Concelho de Constância tendo em conta que o aterro se situava junto à fronteira do nosso Concelho, achava que seria muito importante que o nosso Município e particularmente a Câmara



Municipal, estivesse o mais, envolvida possível, em todo este processo. Perguntou se tinha sido feita alguma proposta pela Câmara Municipal sobre a instalação de medições do ar em Santa Margarida.-----

E não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com seis abstenções, cinco da bancada da CDU e uma do MIC.-----

PONTO 11 - AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE PROCEDIMENTOS PARA CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE-----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para uma intervenção sobre este ponto:-----

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra referiu que já numa Assembleia anterior tinha aparecido um pedido semelhante, dado que o concurso que na altura tinha sido lançado e ficado deserto, por os concorrentes apresentarem propostas acima do preço base. Este era um novo pedido de autorização para a abertura de um novo procedimento concursal.-----

E não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

PONTO 12 - APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO Nº 2 DO ARTº 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO-----

O Senhor Presidente da Assembleia questionou os Senhores Deputados se pretendiam fazer alguma intervenção:-----

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) pediu a palavra para apresentar algumas questões; Questionou o aumento da receita corrente de sete, vírgula quatro por cento, e a diminuição da despesa de capital em vinte e oito, vírgula seis por cento, pelo que achava que isto era sintomático da evolução da gestão do Município. Assim como, em resultado disso, uma poupança de menos cento e oitenta e seis mil euros que no ano anterior. Também disse achar relevante o prazo médio de pagamento, em que no terceiro trimestre de dois mil e dezassete, tínhamos um prazo médio de pagamento de vinte e seis dias e no terceiro trimestre de dois mil e dezoito, tínhamos um prazo médio de pagamento de quarenta e quatro dias. Era um aspeto importante para a credibilidade externa do Município e pensava que não deveria ser descurado.-----

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra, referiu que o Senhor Deputado alegava que havia uma diminuição na poupança de cento e oitenta e seis mil euros, mas não referiu que a trinta e um de Outubro de dois mil e dezassete, a dívida orçamental, excluindo o



FAME e empréstimos, era de seiscentos e dezassete mil euros e a trinta e um de Outubro de dois mil e dezoito, era de trezentos e cinquenta e dois mil euros. Se o Município tinha pago mais despesa do que no ano anterior, era normal que se estivesse a poupar menos. Se comparássemos o valor da poupança do ano passado e a esse valor aditássemos ao orçamento o valor da dívida, verificar-se-ia que a poupança não tinha sido assim tão grande. Relativamente ao prazo médio de pagamentos, recordou que os valores que lhe ia dar eram do próprio dia. A trinta de novembro do ano de dois mil e dezassete, o total da dívida ainda não vencida era de oitocentos e cinquenta e cinco mil euros. A trinta de novembro de dois mil e dezoito, o Município tinha um valor total da dívida de cento e sessenta e seis mil euros, e desta forma, respondia aos prazos médios de pagamento. Recordou que no final de dois mil e dezassete, tinham cerca de trezentos e sessenta e seis mil euros do Centro Escolar de Montalvo para pagar, que pagaram, portanto, paga que foi essa fatura e adiantando esse dinheiro, era normal que o Município tivesse adiado alguns pagamentos a fornecedores, levando a um aumento do prazo médio de pagamentos. Por outro lado, recordou também, que aquelas obras feitas em véspera de eleições, nomeadamente espalhar alcatrão em algumas estradas, também tiveram que ser pagas por este executivo, num montante de cento e cinquenta e seis mil euros, contribuindo igualmente para que o aumento do prazo médio de pagamento aumentasse inevitavelmente. Referiu que a situação do Município estava controlada e que os números da dívida vencida a trinta de novembro de dois mil e dezassete, eram de cento e trinta e oito mil euros, e a trinta de novembro de dois mil e dezoito, é de oitenta e dois mil euros.-- Esta era a situação financeira do Município.-----

A Senhora Deputada Maria do Rosário (CDU) pediu a palavra referindo que o documento mencionava na adjudicação de bens e serviços, a designação de aluguer de fotocopiadora, questionando se era mais barato alugar ou ser o proprietário da fotocopiadora? Relativamente à representação técnica no projeto *MARIA*, gostaria de ser elucidada a que se referia este projeto.-----

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra, informou que o aluguer de fotocopiadoras é mais benéfico para o Município. Relativamente ao projeto *Maria*, passou a palavra à Senhora Vereadora Filipa Montalvo, para fazer o enquadramento e apresentação deste projeto.-----

A Senhora Vereadora Filipa Montalvo começou por referir, que este projeto dizia respeito à prevenção e ao auxílio de vítimas de violência doméstica. Era um projeto ao nível Intermunicipal e a intenção era ter uma equipa multidisciplinar do Município, que pudesse fazer o acompanhamento mais próximo e mais cuidado às vítimas ou potenciais vítimas do

flagelo da violência doméstica. No seguimento desse projeto, a equipa tinha sido constituída pelo Município e era composta por duas técnicas da ação social e por um dos nossos juristas. Chamava-se projeto *MARIA*, porque infelizmente, as vítimas eram maioritariamente do sexo feminino.-----

A Senhora Deputada Maria do Rosário voltou a pedir a palavra para dizer que a Senhora Vereadora não tinha respondido a metade da questão. Tendo o Município conhecimento que em todos os centros de saúde, nomeadamente do Médio Tejo, existiam equipas EPVA – *Equipa para a Prevenção da Violência em Adultos*. Não seria mais vantajoso, os Municípios terem técnicos a integrar essa equipa. Deixou o desafio, disse.-----

PONTO 13 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE-----

O Senhor Presidente da Assembleia questionou os Senhores Deputados se pretendiam fazer alguma intervenção:-----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo, Ana Manique, começou por referir que já se tinha falado muito sobre a Extensão de Saúde de Montalvo e não poderia deixar de manifestar a sua preocupação, contudo, pelo que tinha ouvido, já tinha obtido algumas respostas. Também se mostrava preocupada sobre os Parques Infantis, gostava de saber para quando, as nossas crianças de Montalvo poderiam usufruir do mesmo?-----

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra informou a Senhora Presidente da Junta de Freguesia que, relativamente à Extensão de Saúde de Montalvo, era um processo pelo qual todos lutavam para que andasse depressa e já tinha dado o ponto de situação. Relativamente ao Parque Infantil a candidatura tinha sido submetida a financiamento do Turismo, pelo que aguardavam a resposta da aprovação ou não da candidatura. Pensava que antes do final do ano haveria uma resposta.-----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida, José Ricardo, pediu a palavra para questionar sobre a previsão da intervenção no Açude de Santa Margarida e no Campo de Jogos sintético de Malpique, porque nas vedações existiam tábuas partidas e má conservação. Também questionou de quem era a responsabilidade das lombas na Rua do Povo, também em Malpique.-----

O Senhor Presidente da Câmara começou por esclarecer que quanto ao Açude, o processo estava em audiência prévia a qual terminava no dia dois de Dezembro. No mesmo sentido e relacionado com o Açude, informou que tinham recebido a aprovação da candidatura apresentada no âmbito do PDR2020 a nível da TAGUS. Nas próximas semanas contavam lançar um procedimento de consulta prévia, para avançarem com a respetiva reabilitação, nomeadamente dos pesqueiros, das escadas de acesso e da limpeza. Queria acreditar que antes do verão o Açude voltaria a ter o brilho que teve há uns anos atrás, até porque,

era uma Infraestrutura importante para o movimento do comércio local. Em relação ao problema das lombas na rua em Malpique, sendo a estrada de âmbito Municipal, seriam da responsabilidade do Município. Iria validar essa questão e faria chegar a informação. Quanto ao Campo de jogos em Malpique, quando terminassem a reparação das madeiras no Açude, essa seria a obra que se seguiria, através dos recursos próprios do Município.- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Constância, José Rita, pediu a palavra recordando que na última Assembleia Municipal tinha apresentado uma questão sobre os atestados médicos eletrónicos. Até a este momento não tinha obtido qualquer informação, solicitando resposta ao mesmo.-----

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra informou o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Constância que não tinha qualquer resposta formal sobre o assunto. Apenas tinha uma informação que derivada de uma conversa telefónica com o Coordenador dos Centros de Saúde, onde foi informado que os médicos não são obrigados a passar os atestados médicos para efeitos de carta de condução.-----

A Senhora Deputada Maria do Rosário (CDU) no uso da palavra pediu esclarecimentos sobre ponto de situação da transferência de competências para a Autarquia, nomeadamente na área social e de saúde e que responsabilidades estavam a pensar assumir até dois mil e vinte. Questionou se o Município tinha a *EMIC (Equipa Multidisciplinar de Intervenção Comunitária)*. Também questionou se iria ser implementado algum Espaço do Cidadão no Concelho. O Senhor Presidente da Câmara respondeu que relativamente à transferência de competências, a postura do Município seria de que de momento não tinha capacidade para absorver de uma só vez todas as competências, ou seja, teria que ser um processo gradual, estudado com calma. Relativamente à segunda questão, não conseguia responder de momento mas faria chegar-lhe a resposta. Quanto ao Espaço do Cidadão, estava previsto ser implantado no edifício do atual Posto de Turismo, indo este para a antiga Cadeia. Seria necessário um período de adaptação uma vez que a antiga Cadeia ao nível das telecomunicações e outra infraestruturas, não estava preparada e teria que estar para funcionar em pleno.-----

O Senhor Deputado Rogério Palácio (CDU) pediu a palavra, referindo que ia apresentar um requerimento ao abrigo da alínea b) do artigo 53ª do Regimento da Assembleia Municipal de Constância, requerendo as atas correspondentes ao ano de dois mil e dezoito, onde a Assembleia Municipal se fez representar por intermédio dos eleitos neste Órgão, nomeadamente o Conselho Municipal de Segurança, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (com uma ressalva, ata ou relatório de atividades, devido à natureza da sua especificidade), a Comissão Municipal de Defesa da Floresta, o Conselho Municipal de

Educação, Conselho da Comunidade da ACES Médio Tejo, solicitando igualmente desta forma, que a partir desta data, as respetivas atas ou relatório no caso da CPCJ, destes organismos anteriormente referidos fossem enviados atempadamente às diversas bancadas, nomeadamente à bancada da CDU. Outros assuntos tinham a ver com os pontos de situação relativamente à ponte sobre o Rio Tejo e expansão da rede em fibra ótica. Por ultimo, uma manifestação de apreço pela forma como a Câmara Municipal de Constância se associou à comemoração do Dia Mundial de Saúde Mental de dois mil e dezoito, no passado dia dez de Outubro, entregando o documento “Manifestação de Apreço” *(Fica anexado a esta ata, como Anexo III, e dela faz parte integrante)*.-----

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) pediu a palavra informando que tinha três questões e uma declaração para apresentar; - Saber em que ponto se encontrava o aluguer do antigo Talho. Saber sobre a proposta feita pelas Vereadoras da CDU sobre estações de medição do ar na Freguesia de Santa Margarida. Atualização das atas das reuniões da Câmara Municipal online. Apresentar uma declaração sobre as Comemorações do Centenário da Primeira Grande Guerra. *(Fica anexada a esta ata, como Anexo IV, e dela faz parte integrante)*.-----

O Senhor Presidente da Câmara começou por responder ao Senhor Deputado Rogério Palácio, informando que faria chegar a documentação solicitada. Relativamente à Ponte sobre o Rio Tejo não existia de momento mais nenhum desenvolvimento. Relativamente à fibra ótica, estava em cima do acontecimento e a trabalhar nesse sentido. Quanto ao Dia Mundial da Saúde Mental, também pensava que tinha corrido muito bem. As Instituições envolveram-se e isso tinha sido muito positivo. Esperava que no futuro existissem mais iniciativas, pois o Município estaria sempre aberto a elas. Respondendo ao Senhor Deputado Rui Ferreira, em relação ao antigo talho o arrendatário tem estado a pagar as rendas e a informação que deu foi que iria abrir as instalações no próximo mês de março. Relativamente à proposta apresentada pelas Senhoras Vereadoras da CDU em reunião de Câmara, referente à monitorização da qualidade do ar em Santa Margarida, era um processo que iriam iniciar brevemente. Quanto às Atas das reuniões da Câmara Municipal, reconhecia o atraso que existia, deixando uma garantia de que a nova metodologia de elaboração das Atas irá fazer com que as mesmas estejam prontas a tempo não se arrastando esta situação. Relativamente à Grande Guerra, discordou da opinião da declaração que o Senhor Deputado Rui Ferreira aqui leu, achando que a cerimónia teve dignidade, as crianças das escolas foram envolvidas e o impacto externo e interno tinha sido muito positivo. O Concelho tinha ficado valorizado com a cerimónia que foi efetuada. Não havendo mais intervenções, passou-se à leitura da minuta da ata, que em seguida se

colocou à votação.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações constantes na mesma possam produzir efeitos imediatos. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas e quarenta e dois minutos. A presente Ata foi redigida, na sua versão inicial, pelas Secretárias da Assembleia Municipal.-----
Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia Municipal,

Arturo Luís Fernando Furtado

MARIA LUISA BRAGA DE N. ALM

Carla Alexandra Pereira Silverio

Anexo I

“Moção

Monumento aos Marítimos de Constância

Foi em 15 de Dezembro de 2016 que a câmara Municipal deliberou, por unanimidade, erguer um Monumento aos Marítimos, de forma a perpetuar as vivências e a actividade económica que durante séculos predominou no nosso Concelho.

A designação do monumento como Monumento aos Marítimos de Constância, ele assumir as características principais de um varino, o nome “Boa Viagem” fazendo jus à protetora que todos os anos homenageamos e a localização do futuro monumento foram algumas das decisões então tomadas.

Foi esta Assembleia recentemente surpreendida com a informação, por parte do atual Executivo, da alteração da localização do monumento da zona da confluência dos rios Tejo e Zêzere, onde durante séculos se desenvolveu toda a actividade comercial e do transporte fluvial, para a rotunda situada na EN3 à saída de A23.

A Vila de Constância tem as suas origens devido à sua dependência e interligação com os rios. Não fosse a existência deles, que lhe serviram desde sempre meio de subsistência, e dificilmente Constância seria o que é.

A actividade económica do transporte fluvial, utilizando o Tejo como uma auto-estrada dos dias que correm, levou a que os vários agentes envolvidos criassem e depositassem a sua fé na Nossa Senhora da Boa Viagem. Foram os marítimos que criaram a nossa festa maior, que durante cerca de dois séculos a organizaram a que na terça-feira de Páscoa se juntavam na margem do Zêzere, onde também existiam os estaleiros, para confraternizar após a realização dos festejos em honra da sua padroeira.

Se respeitamos a memória dos nossos antepassados que nos deixaram este riquíssimo património histórico e construído que é a vila de Constância, é imperativo que a localização do monumento em causa seja a confluência do Zêzere com o Tejo, onde, aliás, já esteve colocado um barco em homenagem aos marítimos nas décadas de 80 e 90 do século passado.

É esta localização e não outra que sempre esteve ligada à actividade fluvial. É aqui neste local que anualmente homenageamos os marítimos com a procissão em honra da sua protetora. É aqui que através de um projeto turístico bem delineado poderemos manter vivas as memórias do que foi a importância do tráfego fluvial de um dos portos mais importantes de todo o rio Tejo.



A confirmar-se tal decisão, ela não pode deixar de configurar um profundo desrespeito por todos quantos construíram e prestigiaram a nossa vila ao longo da sua existência até finais dos anos 50 do século passado e ainda menosprezar um dos elementos mais importantes, a par de Camões, do que pode ser a atração turística da Vila.

Assim, a Assembleia Municipal de Constância, reunida a 30 de Novembro de 2018, delibera:

- a) Recomendar ao Executivo Municipal a manutenção da localização do Monumento aos Marítimos de Constância junto à confluência dos rios Tejo e Zêzere;
- b) Enviar esta deliberação à Comunicação Social Regional.

Os eleitos da CDU

Constância, 30 de Novembro de 2018”

Anexo II

“Declaração de voto

Documentos Previsionais para o ano de 2019

Após análise dos documentos Previsionais para o ano de 2019, aprovados pela maioria socialista da Câmara Municipal, os eleitos da CDU nesta Assembleia Vêm declarar o seguinte:

À semelhança do ano transacto não encontra a CDU verdadeiras linhas estratégicas de desenvolvimento do Concelho como sejam o estímulo à fixação de pessoas, à criação de emprego, à conservação e Ordenamento Florestal.

O conteúdo dos documentos apresentados não vislumbra coerência de políticas de desenvolvimento harmonioso e sustentado para o Município.

O encerramento há mais de um ano do Jardim Público de Montalvo é contemplado nas GOP com a generosa verba de 179.000€. Pergunta-se: Será que nas actuais dificuldades não será mais correcto a distribuição desta verba por outras obras necessárias no Concelho? Será que a área de apoio a caravanas existentes no Centro Náutico não é suficiente para dar resposta às necessidades do Concelho?

No que ao ensino diz respeito consideramos que todo o cêntimo gasto será cêntimo justificado, no entanto quando olhamos para o Projecto PEDIME não podemos deixar de ficar surpreendidos que numa verba total de pouco mais de 50.000€, 26.000€ sejam para trabalhos especializados.



Nas GOP'S mantêm-se a verba alocada à eficiência energética, projecto que vem de trás e que teima em não ver concretização. Esperamos que no ano de 2019 se faça a luz suficiente para reduzirmos o consumo e o respectivo encargo financeiro.

A beneficiação da Rua das Hortas em Aldeia desapareceu do documento ficando uma verba de 20.000€ para arruamentos mas sem qualquer discriminação, o mesmo acontecendo com a verba dotada para aquisição de terrenos. Efetivamente o documento precisa de mais transparência.

É reconhecida a razão da CDU quanto ao alargamento do cemitério de Montalvo tendo em conta que aparece apenas com uma verba residual, E isto não tem a ver com o que diz o Senhor Presidente na nota de abertura, "dificuldade na negociação de terrenos", caso a urgência fosse efetiva o Município tem meios legais e céleres para tomar posse dos ditos terrenos.

A proposta apresentada sobre as despesas com pessoal apresentam-nos todas as dúvidas particularmente quando se reduz para 1/3 o valor das horas extraordinárias e para 50% o valor das ajudas de custo e, assim sendo, será que o valor total não está ele também subavaliado?

Para terminar não podemos deixar de referir a tal nota de abertura onde o Senhor Presidente refere o Rigor a Transparência, mas também que não existiam projectos elaborados para de seguida afirmar que procedeu a "alterações do projecto do Cine-Teatro" e também diga-se do anteprojecto do Largo Cabral Moncada.

Pelos motivos apresentados a CDU não poderá votar favoravelmente os Documentos Previsionais para o ano de 2019.

Os Eleitos da CDU

Constância 30 de Novembro de 2018"

ANEXO III

"Manifestação de apreço

Apresentamos o nosso apreço pela forma como a Câmara Municipal de Constância se associou à Comemoração do dia Mundial da Saúde Mental 2018, no passado dia 10 de Outubro.

Louvamos não só a colaboração da Câmara Municipal de Constância, mas a verdadeira parceria constituída, na qual o envolvimento de toda a Equipa, muito dignificou este evento.

A promoção da saúde mental, a prevenção e tratamento das perturbações mentais são fundamentais para a melhoria da qualidade de vida, e do bem-estar e da produtividade dos indivíduos, famílias, trabalhadores e comunidade, aumentando deste modo a força e a resiliência da sociedade como um todo.

Certos que a atitude desta Autarquia não só contribuiu para a dignificação da doença mental, como perdurará na memória daqueles que puderam participar no referido evento.

Bem Hajam!

Constância 30 de Novembro de 2018

O Vogal

Rogério Palácio”

ANEXO IV

“Comemorações do Centenário da Primeira Grande Guerra

Declaração

Comemorou-se no passado dia 11 de Novembro o Centenário do fim da primeira Grande Guerra.

A Célebre Parada de Montalvo, realizada a 22 de Julho de 1916 é sem dúvida um dos maiores, senão o maior, e mais importante evento realizado durante toda a história do nosso Concelho.

Em 22 de Julho de 1916 reuniram-se na Arneiro da Parada mais de 20.000 militares, O Presidente da República, vários Ministros e outros membros do governo, os embaixadores de Inglaterra, Rússia e Bélgica, Adidos Militares e muitos jornalistas.

A realização de uma exposição, colóquios e muito particularmente a edição de um livro que contém a listagem dos militares co Concelho envolvidos e a reprodução de uma agenda do Militar Manoel Rodrigues da Silva natural de Montalvo, foi a forma encontrada pelo então Executivo Municipal, no ano de 2016, para comemorar a efeméride da partida do contingente Português para França.

No passado dia 12 de Novembro de 2018, o atual Executivo Municipal procurou, e bem, comemorar o Centenário do fim da guerra.

Esperavam os eleitos da CDU nesta Assembleia que tais comemorações tivessem o brilho, a dimensão e a dignidade que tão importante acontecimento, com as repercussões que teve para o mundo, justificavam.

Não teria sido difícil a colocação de um elemento escultórico ou até uma simples placa com o nome dos soldados do Concelho que participaram na Guerra, que assinalasse a homenagem que lhe é devida, e que a sua inauguração fosse acompanhada por uma Guarda de Honra.

Para a afirmação do nosso Concelho no contexto do País e na auto estima das nossas gentes teria sido muito importante o convite às Entidades que actualmente representam as que estiveram presentes na cerimónia de há 100 anos.

Com o objectivo de divulgar os valores da Paz e acentuar os malefícios da Guerra teria sido importante a realização de um novo colóquio sobre o tema.

Assinalar o evento foi melhor que nada, no entanto, excluindo os que participaram na cerimónia, quem passa hoje na Zona Industrial não sabe o que significa ali a existência daquela oliveira, as papoilas, os cartões com o nome dos mobilizados, caso ainda lá se encontrem.

Foi importante o envolvimento das Escolas mas será que os meninos de Pré-escolar e Primeiro Ciclo retiram o verdadeiro conteúdo da efeméride?

Perante tão mau aproveitamento pela passagem do centenário do fim da Primeira Guerra Mundial constata-se que foi mais uma oportunidade perdida para o Concelho, a juntar a outras iniciativas onde se empenham os poucos recursos existentes sem se retirar o retorno devido.

Os eleitos da CDU

Constância, 30 de Novembro de 2018”